

Boletim técnico 007/2019

Elaborado pelo **Observatório do Sistema Prisional da Zona Sul do RS**, coordenado pelo Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários (GITEP), do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da UCPEL; e pelo Libertas - Programa Punição, Controle Social e Direitos Humanos, do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPel.

Permite-se a reprodução e utilização dos dados, desde que citada a fonte. Contato: gitepucpel@gmail.com

Responsável por este Boletim Técnico: Dr. Luiz Antônio Bogo Chies

Mão de Obra Prisional: um potente exemplo da Prefeitura de Pelotas

90 presos envolvidos; **30 prédios públicos** reformados; **50%**, em média, de **redução de custos** das obras para os cofres públicos. Estes são alguns dos principais números do Programa Mão de Obra Prisional, da Secretaria Municipal de Saúde de Pelotas, o MOPSUS, após quatro anos de implantação e atividades ininterruptas.

O Programa é um potente exemplo de como as prefeituras municipais podem contribuir com a questão penitenciária.

Em Pelotas, ações similares estão sendo desencadeadas por outras secretarias municipais: Serviços Urbanos; Assistência Social; e de Educação.

Integradas ao Pacto Pelotas Pela Paz, as ações são apresentadas com dois objetivos: utilização da mão de obra prisional em benefício do Poder Público e da sociedade; promoção da ressocialização de apenados*.

Os dados do MOPSUS não deixam dúvidas de que o Poder Executivo municipal tem conquistado ganhos econômicos e simbólicos com o desenvolvimento do Programa. Melhores ações de monitoramento poderão avaliar e mensurar seus impactos na trajetória de vida dos apenados que nele se envolvem, qualificando a perspectiva delineada no segundo objetivo declarado.

* <http://www.pelotas.rs.gov.br/pacto/>. Acesso em 09 outubro de 2019.

MOPSUS EM NÚMEROS (set. 2015 / ago. 2019)



**90 presos
envolvidos**

**30 prédios
reformados**

**50% de
economia
nas obras**



Fonte: Coordenação MOPSUS, 2019

DETALHANDO O PROGRAMA

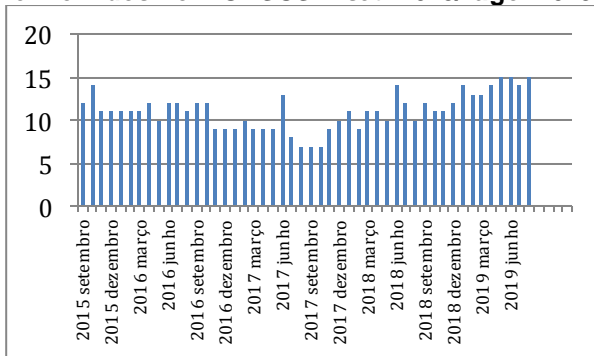
O MOPSUS surge a partir de um Termo de Cooperação entre a Prefeitura Municipal e a Superintendência dos Serviços Penitenciários do estado (SUSEPE/RS).

Os presos nele envolvidos cumprem pena em regimes semiaberto ou aberto. O período de permanência nas atividades varia conforme a progressão da execução da pena, pois quando adquirem direito ao livramento condicional, ou mesmo à liberdade, devem ser desligados do Mão de Obra Prisional.

As atividades laborais permitem ao preso a remição da pena (desconto de um dia de pena a cada três dias trabalhados) e um pagamento equivalente a $\frac{3}{4}$ (três quartos) do salário mínimo (valor de remuneração mínima ao trabalho prisional, conforme a Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210/84).

Ao longo dos quatro anos de atividades as equipes de trabalho do Programa tiveram uma variação mensal do quantitativo de envolvidos entre um mínimo de 7 e um máximo de 15 presos.

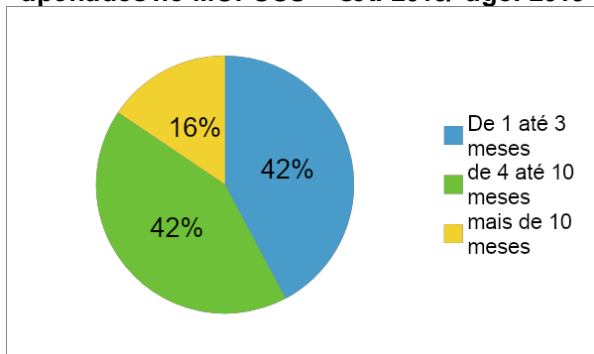
GRÁFICO 1 – Número mensal de apenados envolvidos no MOPSUS – set. 2015/ ago. 2019



Fonte: Coordenação MOPSUS, 2019

O tempo de vínculo de cada apenado nas atividades varia de um até 16 meses. Ainda que a maioria (58%) ultrapasse os três meses de envolvimento, um número ainda significativo (42%) tem um trimestre como o período limite: 18% até um mês, 11% até dois e 13% até três meses.

GRÁFICO 2 – Tempo de envolvimento dos apenados no MOPSUS – set. 2015/ ago. 2019



Fonte: Coordenação MOPSUS, 2019

A análise de dados como os apresentados, bem como a pesquisa e o monitoramento dos impactos que o Programa produz na trajetória de vida e reinserção social dos apenados pode contribuir com uma maior qualificação das ações, ampliando o seu alcance e os benefícios para a comunidade.

ROMPER RESISTÊNCIAS E NOVA PARCERIA

Nem sempre as ações do Programa foram bem vindas ou facilmente recepcionadas por setores da Prefeitura e do funcionalismo público. Sobretudo nos primeiros meses, até os motoristas resistiam em realizar o transporte dos presos entre o Anexo do Presídio Regional de Pelotas e o local das obras, relembra o coordenador do MOPSUS, Leandro Leitzke Thurow.

Passados quatro anos, as obras e equipes tem sido melhor recepcionadas, como, também até disputadas pelas Unidades de Saúde quanto à primazia no cronograma de atendimento.

Romper resistências da sociedade e dos gestores e do funcionalismo público em relação à oferta de trabalho e oportunidades aos presos já é, em si, uma significativa vitória do Programa Mão de Obra Prisional.

Contudo, uma nova parceria poderá incrementar ainda mais os ganhos. A partir de novembro deste ano, a UCPEL, através do GITEP (Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários) iniciará uma pesquisa longitudinal, com o objetivo de acompanhar e monitorar os impactos sociais do Programa em relação aos presos nele envolvidos.

Além do acompanhamento, a pesquisa produzirá relatórios periódicos que, divulgados através de Boletins Técnicos, permitirão não só que a Prefeitura de Pelotas possa qualificar suas ações, mas também que outras prefeituras da região vislumbrem estratégias de protagonismo municipal no enfrentamento da questão penitenciária.